



UNIVERSIDADE FEDERAL DO NORTE DO TOCANTINS
CÂMPUS DE ARAGUAÍNA
CURSO DE LICENCIATURA EM MATEMÁTICA

LUDEMILLA SANTOS ALMEIDA

**DESAFIOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: DA FORMAÇÃO À ATUAÇÃO
DOCENTE NA PERSPECTIVA INCLUSIVA NO NORTE DO TOCANTINS**

Araguaína (TO)

2023

LUDEMILLA SANTOS ALMEIDA

**DESAFIOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: DA FORMAÇÃO À ATUAÇÃO
DOCENTE NA PERSPECTIVA INCLUSIVA NO NORTE DO TOCANTINS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Licenciatura em Matemática da Universidade Federal do Norte do Tocantins - Campus de Araguaína, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em Matemática.

Orientador: Prof. Dr. Douglas Silva Fonseca

Araguaína (TO)

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

A447d Almeida, Ludemilla Santos.
DESAFIOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: DA FORMAÇÃO À
ATUAÇÃO DOCENTE NA PERSPECTIVA INCLUSIVA NO NORTE
DO TOCANTINS. / Ludemilla Santos Almeida. – Araguaína, TO, 2023.
45 f.

Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins –
Câmpus Universitário de Araguaína - Curso de Matemática, 2023.
Orientador: Douglas Silva Fonseca

1. Inclusão. 2. Formação docente. 3. Atendimento Educacional
Especializado. 4. Deficiência. I. Título

CDD 510

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de
qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que
citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime
estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da
UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).**

LUDEMILLA SANTOS ALMEIDA


**DESAFIOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: DA FORMAÇÃO À ATUAÇÃO
DOCENTE NA PERSPECTIVA INCLUSIVA NO NORTE DO TOCANTINS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Licenciatura em Matemática da Universidade Federal do Norte do Tocantins - Campus de Araguaína, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em Matemática.

Orientador: Prof. Dr. Douglas Silva Fonseca

Data de aprovação: 05 / 07 / 2023


Banca Examinadora

Documento assinado digitalmente
 DOUGLAS SILVA FONSECA
Data: 14/07/2023 10:51:35-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Douglas Silva Fonseca, UFNT - Orientador



Prof. Ms. Marcos José Pereira Barros, UFNT – Avaliador

Documento assinado digitalmente
 RICARDO SOUSA SANTOS
Data: 14/07/2023 08:06:28-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Ms. Ricardo Sousa Santos, UFNT - Avaliador

Araguaína (TO)

2023

Dedico este trabalho a minha família que sempre me apoiou, compreendeu e me fortaleceu, às pessoas que acreditaram em mim e me incentivaram, aos meus colegas e professores que fazem parte dessa trajetória.

AGRADECIMENTOS

Mais uma meta é alcançada e uma nova fase se inicia, eu não poderia deixar de agradecer às pessoas que contribuíram com essa conquista.

Sou imensamente grata a Deus por conceder a mim essa oportunidade, ao meu pai Fernando e à minha mãe Francisca, que foram essenciais e necessários nessa trajetória, não tenho palavras para agradecê-los por tanto incentivo, motivação e confiança depositados a mim, obrigada por todos os esforços para me manter no curso durante esses anos, vocês me deram forças nos dias mais difíceis, sendo sempre minha maior motivação.

Aos meus irmãos Isaias, Isailton, Fernanda, Wanderson, Andreza, Maria Fernanda e Warlla que sempre me apoiaram e compreenderam. Aos meus tios, primos, avó e amigos por acreditarem na minha capacidade. Gratidão ao Victor, meu namorado, que tantas vezes me fortaleceu, me entendeu, acolheu, incentivou, auxiliou, apoiou e sempre acreditou em mim e na minha capacidade.

Agradeço ao meu orientador, professor Dr. Douglas Silva Fonseca pelas orientações deste trabalho e por sua dedicação ao mesmo, obrigada por cada palavra positiva e incentivo, obrigada por acreditar na minha capacidade e por me fazer se sentir capaz em meio as dificuldades, a sua sensibilidade e humanidade foram muito importantes para mim, não tenho palavras que definam minha enorme gratidão.

Aos meus professores da graduação Freud Romão, Deive Barbosa, Marcos, Renata, José Carlos, Álvaro, Raimundo, Basíledes Temístocles, Douglas, Fernanda, Samara, André, Adriano, Rogério, Jamur, Ismael, Elisângela, Sinval... minha eterna gratidão por suas contribuições na minha vida pessoal e acadêmica.

O desejo de ser docente e a capacitação para ingressar na universidade são reflexos do profissionalismo dos meus professores do ensino fundamental e ensino médio, a eles meu muito obrigada. Eu não teria chegado até a metade desse caminho se não fosse seus ensinamentos.

Ao decorrer dessa trajetória conheci pessoas incríveis que foram essenciais na minha vida acadêmica, onde formamos uma família e apoiamos uns aos outros. Lembro-me perfeitamente dos primeiros dias de aula, nossa turma lotada de alunos de diversos lugares e histórias completamente diferentes. Ao passar do tempo, essa quantidade foi diminuindo, alguns foram cursar outros cursos em outras cidades, outros tiveram que se dedicar apenas ao trabalho e tomaram rumos diferentes. Sou

imensamente grata por todos que passaram pela minha vida nessa trajetória, em especial a Bruna, Janaina, Maiza e Ronaldo que estiveram comigo em todos os momentos, tornando-os marcantes, vocês são especiais demais para mim, se tornaram família. À Gabriella Fernandes, Atalia Araújo, Daniel Alves, João Paulo Macedo, Guilherme Tavares, Geisson Rodrigues e Cristiano que estiveram comigo nas noites de corujões, que acrescentaram muito na minha vida. À Dáffny Lorrany, Djane, Erica Cristina, Sarah Miranda, Huan Elvis, Pablo Henrique que são também meus colegas de turma, e o querido Pedro Dark, que chegou na turma na metade do curso e se tornou muito importante para todos nós. A Eliabe, Thayellen, Natália e a todos que fizeram parte dessa jornada.

Agradeço também aos professores Marcos José Pereira Barros e Ricardo Sousa Santos por terem aceitado participar da Banca Examinadora e contribuírem para este trabalho.

“Ensinar não é transferir conhecimentos, mas criar possibilidades para sua própria produção ou a sua construção.”
Paulo Freire (1981).

RESUMO

A Educação Inclusiva vem sendo discutida frequentemente, a luta pela inclusão social e conquista da igualdade de condições para o acesso e permanência na escola tem logrado espaço e sido alvo de discursões em documentos bases da educação, como a BNCC. A formação docente influencia na capacitação dos profissionais que trabalharão com pessoas que possuem deficiências. Desse modo, o objetivo deste trabalho é identificar e analisar os desafios docentes enfrentados por professores no âmbito da Educação Inclusiva, bem como analisar se a Escola Estadual de Muricilândia e a Escola Estadual Machado de Assis possuem estruturas adequadas para acolher alunos com deficiências. Utilizou-se como metodologia de estudo a pesquisa qualitativa e o método de pesquisa observacional, seguida de levantamentos bibliográficos. Esse estudo nos mostrou que um dos maiores desafios das escolas no processo de inclusão é a falta de investimento financeiro do governo direcionado ao AEE, e que a dificuldade que os docentes têm de lecionar em uma turma inclusiva, é um reflexo da falta de disciplinas no curso de graduação direcionadas a Educação Inclusiva.

Palavras-chaves: Inclusão. Formação Docente. Atendimento Educacional Especializado. Deficiência.

ABSTRACT

Inclusive Education has been frequently discussed, the struggle for social inclusion and the achievement of equal conditions for access and permanence in school has gained space and been the subject of discussions in basic documents of education, such as the BNCC. Teacher training influences the training of professionals who will work with people with disabilities. Thus, the objective of this work is to identify and analyze the teaching challenges faced by teachers within the scope of Inclusive Education, as well as to analyze whether the State School of Muricilândia and the State School Machado de Assis have adequate structures to accommodate students with disabilities. Qualitative research and observational research were used as study methodology, followed by bibliographic surveys. This study showed us that one of the biggest challenges for schools in the inclusion process is the lack of financial investment from the government directed to AEE, and that the difficulty that teachers have in teaching an inclusive class is a reflection of the lack of disciplines in the undergraduate course focused on Inclusive Education.

Keywords: Inclusion. Teacher Training. Specialized Educational Service. Deficiency.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01 – Entrada da escola 1.....	17
Figura 02 – Sala de AEE.....	18
Figura 03 – Espaço interno AEE.....	19
Figura 04 – Rampas e corrimões	20
Figura 05 – Entrada da biblioteca.....	21
Figura 06 – Biblioteca.....	21
Figura 07 – Banheiro	22
Figura 08 – Corredor	23
Figura 09 – Entrada da escola 2.....	24
Figura 10 – AEE escola 2	25
Figura 11 – Materiais adaptados	26
Figura 12 – Lápis de cor adaptado.....	26
Figura 13 – Corredor da escola 2.....	27
Figura 14 – Passarela	28
Figura 15 – Banheiro da escola 2.....	28

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 - TCC's direcionados a Educação Inclusiva na UFNT	15
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEE	Atendimento Educacional Especializado
BDM	Biblioteca Digital de Monografias
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CER	Centro Especializado em Reabilitação
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TCM	Transtorno da Coordenação Motora
TDAH	Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade
TEA	Transtorno do Espectro Autista
UFNT	Universidade Federal do Norte do Tocantins

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	3
2 FORMAÇÃO DE PROFESSORES	6
3 EDUCAÇÃO INCLUSIVA E FORMAÇÃO DOCENTE	8
4 METODOLOGIA	12
4.1 Lócus da investigação	12
4.2 Abordagem	12
4.3 Produção de dados	14
4.4 Dados de TCCs obtidos	14
5 DESCRIÇÃO E INFRAESTRUTURA DAS ESCOLAS OBSERVADAS	17
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	30
REFERÊNCIAS	31

1 INTRODUÇÃO

No ensino regular, simultaneamente às diversas dificuldades e desafios, como o desinteresse e falta de disciplina dos alunos, surgem questões relacionadas a infraestrutura que dificultam o recebimento dos alunos em sua diversidade de realidades. Para solucionar esses desafios que surgem diariamente, a gestão escolar juntamente com os governantes do estado e do país, devem implementar programas de reforços e ações que visam sanar esses obstáculos.

Essas dificuldades tornam-se ainda mais desafiadoras quando pensamos na inclusão de alunos com deficiências, já que para recebê-los é necessário ambiente adequado e criação de novas estratégias de ensino, bem como a contratação de profissionais capacitados para atendê-los e cuidadores para auxiliar individualmente esses alunos não só nas atividades em sala de aula como também na socialização com demais. Como citado na Declaração de Salamanca ¹(1994, p. 1) “toda criança tem direito fundamental a educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem”, dessa forma é dever das escolas acolher todos os alunos de acordo com suas necessidades e as adaptações que esse acolhimento exige é um desafio para gestores e governantes.

É necessário implementar cultura de pessoas com deficiência, para esclarecer aos alunos que não possuem deficiência sobre como tratar e se comportar diante dos alunos que possuem deficiências, e que também mostrem as famílias suas responsabilidades nesse processo de inclusão.

É competência da formação docente fornecer aos acadêmicos dos cursos de licenciaturas uma formação capaz de capacitá-los para trabalhar com a diversidade nas escolas, sabendo lidar com as diferenças e necessidades de cada pessoa, assim como é incumbência do professor saber buscar soluções diante dos desafios. Essas obrigatoriedades nos levam a questionar se os cursos de licenciatura estão, realmente, capacitando os futuros professores para atuar no ensino regular inclusivo?

É importante que os professores tenham conhecimentos além dos conteúdos da disciplina, é preciso saber quais posturas devem adotar para lecionar em uma

¹ Documento elaborado na Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais, é uma resolução das Nações Unidas, realizada entre 7 e 10 de junho de 1994, em Salamanca, na Espanha, com o objetivo de fornecer diretrizes básicas para a formulação e reforma de políticas e sistemas educacionais que favoreçam o processo de inclusão.

educação inclusiva, deve-se ter informações e conhecimentos suficientes sobre esse público e como o currículo escolar se prepara para atendê-los conforme suas necessidades.

A Educação Básica é base de parte do conhecimento alcançado pelos alunos, é responsabilidade da unidade escolar fazer com que esses educandos se apropriem de todos os conteúdos do currículo escolar, portanto, é conveniente saber a maneira que esses conteúdos são preparados e ministrados a esses aprendizes.

O interesse no trabalho surgiu através de minhas atividades de observações do estágio no ano de 2019 (disciplina do curso superior de licenciatura) em uma turma que tinha alguns alunos com deficiência. O contato que tive não foi um contato confortável, onde eu soubesse me relacionar diretamente com esses alunos, ao contrário disso, tive dificuldade para me comunicar e entendê-los por ser desprovida de conhecimentos da linguagem de sinais, entre outros meios que capacitam para possibilitar esse contato de forma positiva. Isso me motivou a buscar conhecer mais sobre a realidade educacional e o dia a dia escolar desses alunos, bem como o tratamento que eles recebem no ambiente escolar, e como cursos superiores de Licenciaturas preparam profissionais para atuar na Educação Inclusiva, tendo em vista que esse é um tema relevante na atualidade e na formação docente.

Quando levamos em consideração ensinar matemática para alunos que possuem deficiência e necessidade educacional, devemos nos preocupar em saber se estamos preparados em termos de formação docente, para trabalharmos com esse público? Quais os desafios enfrentados por professores na educação inclusiva? O que torna uma educação, de fato, inclusiva?

Buscamos neste decorrente trabalho identificar e analisar a importância da formação docente para o processo de conquista da educação inclusiva; quais responsabilidades a escola tem no que tange a esse público e como elas estão preparadas para acolhê-los; refletir sobre a necessidade e importância das disciplinas relacionadas a educação inclusiva na formação docente, inspirar educadores matemáticos a buscar inovações metodológicas de ensino para diversificar suas aulas facilitando a compreensão e a aprendizagem dos alunos, principalmente daqueles que possuem deficiências.

Para isso elencamos os seguintes objetivos específicos: verificar a infraestrutura atual da Escola Estadual de Muricilândia (em Muricilândia) e da Escola Estadual Machado de Assis (em Araguaianã), em seguida mencionar se a estrutura

escolar é adequada para acolher alunos com deficiências; mostrar alguns desafios que os docentes enfrentam ao atuar na Educação Inclusiva.

Para o desenvolvimento deste trabalho utilizamos como metodologia de estudo a pesquisa qualitativa e o método de pesquisa observacional a partir de observações diretas, seguida de levantamentos bibliográficos.

2 FORMAÇÃO DE PROFESSORES

A formação docente é uma etapa importante para o desenvolvimento de seus aprendizes e é um dos fatores principais para o alcance de uma escola inclusiva, são os professores quem convivem e se relacionam com maior frequência com alunos deficientes, com discalculia, com necessidades educacionais especiais e com todos os alunos independente de diferenças físicas ou limitações, além de conviver com a inflexibilidade curricular.

O inciso I do artigo 206 da Constituição Federal de 1988, declara que um dos princípios considerados como base para a ministração do ensino é a “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”, para desenvolver um processo de ensino e aprendizagem que favoreça isso, a escola deve estar preparada não só sua estrutura física, como também com a capacitação de seus profissionais. Para isso, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) considera necessário que sejam inseridos nos currículos escolares propostas adequadas às diferentes modalidades de ensino, como:

- selecionar e aplicar metodologias e estratégias didático-pedagógicas diversificadas, recorrendo a ritmos diferenciados e a conteúdos complementares, se necessário, para trabalhar com as necessidades de diferentes grupos de alunos, suas famílias e cultura de origem, suas comunidades, seus grupos de socialização etc.;
- selecionar, produzir, aplicar e avaliar recursos didáticos e tecnológicos para apoiar o processo de ensinar e aprender;
- criar e disponibilizar materiais de orientação para os professores, bem como manter processos permanentes de formação docente que possibilitem contínuo aperfeiçoamento dos processos de ensino e aprendizagem;
- manter processos contínuos de aprendizagem sobre gestão pedagógica e curricular para os demais educadores, no âmbito das escolas e sistemas de ensino. (BRASIL, 2018, p. 17).

Podemos pensar ainda na formação docente e a organização da grade de disciplinas acadêmicas dos cursos de licenciaturas. Seria uma proposta relevante que a disciplina de Linguagem Brasileira de Sinais (LIBRAS) fosse ofertada antes das disciplinas de estágio, para assim, ser alvo de estudos também nessas disciplinas, podendo capacitar melhor o docente em sua formação, visando despertar de imediato a curiosidade e a importância de conhecer sobre a realidade das pessoas deficientes e como trabalhar com esse público, investigando e conhecendo ainda no estágio, metodologias e estratégias para serem aplicadas, a fim de não haver tanto impacto e/ou dificuldades diante dos desafios existentes quando assumirem uma sala de aula.

Numa entrevista para a revista “Educação, Artes e Inclusão” em 2016, em uma questão sobre as universidades brasileiras e a capacitação de estudantes de licenciatura para atuarem na Educação Inclusiva, Mantoan ressalta que,

A escola tem enorme resistência de mudar os paradigmas para atender a turma toda, pois fica fazendo arranjos e na formação são esses arranjos que são ensinados, mas infelizmente nós temos ainda muita dificuldade de formar professores para Educação Especial e para a educação comum, a partir da concepção inclusiva. (2016, p. 242).

Portanto, é notório a necessidade de uma atenção maior direcionada a formação docente, um cuidado especial para que a inclusão se desenvolva também nessa etapa. As universidades devem estar preparadas, para assim, preparar seus estudantes de licenciatura para atuar na educação inclusiva.

3 EDUCAÇÃO INCLUSIVA E FORMAÇÃO DOCENTE

Apesar de ser um tema abordado a muitos anos e ter sido alvo de polêmicas e retrocessos, com uma visibilidade maior, a educação inclusiva tem sido hoje alvo de frequentes discussões e está presente em documentos norteadores para a educação como a BNCC e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN).

Assim como a conquista de integralização de grupos de pessoas homossexuais e outros na sociedade, a inclusão de pessoas com deficiência tem passado por um processo de discussões longas, porém, ainda não foram capazes de fazer essa inclusão de fato acontecer, mesmo com as leis direcionadas a esse público, como a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/2015), que foi criada em 06 de julho de 2015 e entrou em vigor em 02 de janeiro de 2016, decretada pelo Congresso Nacional na Constituição de 1988, no Art. 1º vemos que essa lei é “destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania”. O Art. 2º da mesma lei mencionada anteriormente, considera como integrantes do grupo de pessoas com deficiência, o indivíduo que

tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (BRASIL, 1988).

Essa e outras leis foram criadas a fim de contribuir com a inclusão social e assim, trazendo avanços e desafios para as escolas, e alavancando o processo de inclusão escolar e/ou educação inclusiva. Essas leis entram em vigor e favorecem as pessoas com deficiência, reconhecendo a importância de fazer com que esse público seja e se sinta inserido no meio social, quebrando alguns tabus dessa desigualdade.

Quando tratamos do tema “educação inclusiva”, nosso pensamento nos leva intuitivamente a inclusão escolar de alunos deficientes, o que nos faz refletir na maneira que esses alunos são recebidos pela escola e como o ambiente escolar está preparado para recebê-los, já que “a educação tem um compromisso com a formação e o desenvolvimento humano global, em suas dimensões intelectual, física, afetiva, social, ética, moral e simbólica” (BRASIL, 2018, P.16). Para comportar confortavelmente esses alunos e inseri-los, é dever das escolas oferecer-lhes uma

estrutura adequada com rampas, corrimões, portas de banheiros alargadas de forma que possibilite a passagem de cadeiras de rodas. Assim como espera-se ter professores auxiliares, já que cada aluno que apresenta um laudo médico atestando sua deficiência tem direito a um professor assistente para auxiliá-lo nas suas atividades ou até mesmo locomoção. O espaço deve oferecer também, pelo menos uma sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE) com um profissional para trabalhar com os alunos em contraturno atividades diversas de acordo com a necessidade de cada um e para auxiliar os professores na elaboração de atividades e apostilas. Devemos pensar na educação de forma coletiva e acolhedora, visando que

Ambientes humanos de convivência e de aprendizado são plurais pela própria natureza e, assim sendo, a educação escolar não pode ser pensada nem realizada senão a partir da idéia de uma formação integral do aluno — segundo suas capacidades e seus talentos — e de um ensino participativo, solidário, acolhedor. (MANTOAN, 2003, p. 9).

É necessário que o profissional acredite na capacidade do aluno de aprender o que se tem para lhes ensinar, mesmo que esse aluno apresente diferenças físicas ou culturais, cada aluno tem seu talento, independentemente de suas limitações. Trabalhar em coletividade, construir materiais didáticos concretos com a turma, entre outras maneiras de trabalhar em grupo, são estratégias positivas para fazer com que o aluno deficiente se sinta incluso e confortável em uma turma com vários alunos não deficientes, além de incentivar a socialização desses alunos, fazendo com que percebam os talentos individuais de seus colegas de turma. É conveniente sabermos que todos possuímos experiências anteriores que não devem ser desprezadas,

O aluno é agente da construção do seu conhecimento pelas conexões que estabelece em seu sistema cognitivo num contexto de resoluções de problemas. Isso porque todos os alunos, independente das diferenças físicas ou culturais, possuem uma experiência anterior, uns mais que outros, que não pode ser desprezada e essa experiência auxilia muito na aprendizagem. (PAULINO et al., 2018, p. 226).

Neste sentido, fazer com que alunos que possuem deficiência se sintam inseridos é um desafio para a escola, em termos estruturais e curriculares, e ainda para os professores. Ao planejar uma aula é fundamental que o professor passe a pensar em recursos metodológicos diferentes que não façam da visão a principal maneira de obter informações e que atendam às necessidades de todos os alunos, tendo em vista as diferentes realidades deles, como aborda Sant'Ana (2005, p. 23),

“O professor organizará as situações de aprendizagem oportunizando contato do aluno com o ambiente, de forma real, significativa. É preciso conhecer a clientela para utilizar técnicas de acordo com a realidade interna e externa do sujeito”.

O profissional docente precisa estar preparado para atuar na educação inclusiva, os cursos de graduação devem ofertar disciplinas voltadas a esse público, por exemplo, uma disciplina envolvendo metodologias que podem ser utilizadas com alunos que possuem limitações aos métodos tradicionais, e disponibilizar recursos necessários para prepara-los, aprimorando a estruturação dos currículos e de práticas, a fim de garantir que esses profissionais se sintam preparados e seguros para trabalhar em um universo de diversidades. Quanto a formação inicial, ela

precisa ser repensada pelos professores formadores em parceria com os órgãos responsáveis pela inclusão para sistematizar a qualificação específica nessa área dos já, e futuros docentes, por meio da valorização profissional e melhoria da estruturação escolar para uma educação de qualidade, que requer também a nossa responsabilidade enquanto profissionais no cumprimento do nosso papel e função de ser professor com escolares com deficiência. (SILVA e STROHSCHOEN, 2019, P.14)

Pensando nas situações de comunicações e convivência com esses alunos, podemos frisar a necessidade de saber se comunicar através de libras e em braile, sendo que essas ferramentas têm importância relevante para alunos surdos, com acuidade visual e/ou cegos, sendo assim, indispensável o ensino desses meios de comunicação aos acadêmicos dos cursos de licenciaturas, pois faz parte da sua capacitação para atuar na educação inclusiva.

Para que haja de fato uma inclusão educacional, faz-se necessário o apoio e investimento do governo nas escolas e na formação docente, é significativo mencionar que a inclusão social e escolar da pessoa com deficiência é, em parte, responsabilidade da família, pois quando ainda são crianças, as responsabilidades e decisões são tomadas pelos seus responsáveis. É uma decisão da família determinar em que idade a criança terá acesso à educação e relação com pessoas diferentes do seu ciclo familiar, as atitudes da família permitirão que a criança tenha a oportunidade de ser alfabetizada em libras ou não, se saberá escrever em braile e se ela se sentirá incluída ou excluída em relação a educação e a outras crianças. Desse modo,

Crianças são consideradas excluídas em relação a outras crianças quando correm risco de não ter acesso a um ambiente que as proteja contra violência, abusos e exploração, ou quando não têm acesso a serviços e bens

essenciais, sendo ameaçadas quanto à sua possibilidade de participar plenamente na sociedade no futuro. As crianças podem ser excluídas por suas famílias, pela comunidade, pelo governo, pela sociedade civil, pelos meios de comunicação, pelo setor privado e por outras crianças. (UNICEF, 2005 apud, VIANA, 2017, p. 7).

Tudo isso reforça a importância da escola trabalhar em parceria com o governo e com as famílias para que o processo de inclusão venha sendo alcançado diariamente.

Já a Educação Especial em Araguaína atende mais de 600 crianças com algum tipo de deficiência. Segundo Toledo (2022), a rede municipal de ensino de Araguaína dispõe de 81 escolas e creches, que somam ao todo 30 salas multifuncionais em escolas, as quais são referências em Educação Especial.

Além disso, a rede de educação tem parceria com o Centro Especializado em Reabilitação (CER) e com a Clínica Escola Mundo Autista, que dispõe de serviços especialistas de forma integrada e recebe alunos da rede pública. No município há cerca de 40 crianças diagnosticadas com algum grau de deficiência visual matriculadas nas redes de ensino, eles recebem por meio do Núcleo de Apoio Pedagógico aos Deficientes Visuais livros e materiais de estudo em braile, alto relevo e com textura. Há matriculados também alunos com Deficiência Auditiva, Deficiência Visual, Transtorno do Espectro Autista (TEA), Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), entre outros diagnósticos.

Esses alunos recebem atendimentos médicos especializados, o município disponibiliza atendimentos em neurologia e psiquiatria, educação física, odontologia, neuropsicopedagogia, nutrição, fonoaudiologia, psicologia, musicoterapia, arteterapia, serviço social, entre outros.

A Secretaria de Educação dispõe de formação continuada para professores do AEE e é referência para 36 municípios do estado. Apesar de disponibilizar esses recursos que amparam e auxiliam esse público, a formação de profissionais docentes capacitados para atendê-los ainda é insuficiente. De acordo com a Secretaria Municipal de Educação, há cerca de apenas 40 professores para alfabetizar e acolher mais de 600 alunos com diagnósticos de deficiências.

4 METODOLOGIA

Detalharemos a seguir a metodologia adotada para obter-se os dados dessa pesquisa.

4.1 Lócus de investigação

Analisamos duas escolas onde alunos da disciplina de estágio 4 do curso de Licenciatura em Matemática, da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT) estão desenvolvendo suas atividades de estágio. As observações aconteceram no dia 29/03/2023 na Escola Estadual de Muricilândia, no município de Muricilândia e no dia 30/03/2023 na Escola Estadual Machado de Assis, no município de Araguaína.

Realizamos também nos dias 18 e 30 de maio de 2023 o levantamento de dados sobre Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) direcionados a Educação Inclusiva no curso de Licenciatura em Matemática na Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), na biblioteca do campus de Araguaína. No dia 18 de maio buscamos pelos TCCs da biblioteca física, e no dia 30 de maio realizamos o mesmo levantamento de dados na Biblioteca Digital de Monografias (BDM) da Universidade, através do link (<https://umbu.uft.edu.br>).

4.2 Abordagem

Quanto a abordagem trata-se de uma pesquisa qualitativa e de natureza básica, é uma pesquisa descritiva, e quanto aos procedimentos utilizamos a pesquisa bibliográfica e observacional.

Baseamo-nos na definição de Ludke e André (2018, p. 31), onde consideram que

a observação direta permite [...] que o observador chegue mais perto da "perspectiva dos sujeitos", um importante alvo nas abordagens qualitativas. Na medida em que o observador acompanha *in loco* as experiências diárias dos sujeitos, pode tentar apreender a sua visão de mundo, isto é, o significado que eles atribuem à realidade que os cerca e às suas próprias ações.

O momento de observações foi importante para produzirmos os dados dessa pesquisa e vivenciarmos *in loco* a realidade na qual os estagiários desenvolveram suas atividades.

A observação participante constitui-se como uma importante parte do trabalho desenvolvido segundo uma abordagem qualitativa, pois possibilita ao pesquisador contato direto com o fenômeno em questão. A observação na pesquisa qualitativa não prejudica a validade dos dados, pelo contrário, ela é essencial e contribui para a compreensão do que se quer saber. Podemos destacar que

a pesquisa qualitativa ou naturalística envolve a obtenção de dados descritivos, obtidos no contato direto do pesquisador com a situação estudada, enfatiza mais o processo do que o produto e se preocupa em retratar a perspectiva dos participantes (LUDKE; ANDRÉ, 2018, p. 14).

Desse modo, efetuamos descrições o mais fiel quanto possível sobre o espaço físico da escola com o objetivo de, posteriormente, analisá-las. Compreendemos que o descrito revela os modos pelos quais a escola está estruturada e/ou organizada para acolher adequadamente ou não os estudantes com deficiência.

Ainda falando sobre a pesquisa qualitativa, Ludke e André (2018) apresenta 5 características fundamentais:

- 1) Na investigação qualitativa a fonte direta dos dados é o ambiente natural, constituindo o investigador como o instrumento principal.
- 2) A investigação qualitativa é descritiva. Os dados são produzidos pela descrição, o mais fiel quanto possível, do observado.
- 3) Os investigadores qualitativos interessam-se mais pelo processo do que simplesmente pelos resultados ou produtos.
- 4) Os investigadores qualitativos tendem a analisar os seus dados de forma indutiva.
- 5) O significado é de grande importância na abordagem qualitativa.

A qualidade, portanto, advém das experiências vividas pelo pesquisador, isto é, não está dissociada da percepção que a percebe.

Para realizarmos o levantamento bibliográfico desse trabalho, embasamo-nos na definição de Severino (2007, p. 122, grifo do autor) em que

a *pesquisa bibliográfica* é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros,

artigos, teses etc. Utiliza-se de dados ou de categorias teóricas já trabalhadas por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados.

Desse modo, realizamos buscas por TCC direcionados a Educação Inclusiva, como mencionamos no item 4.1.

4.3 Produção dos dados

A produção de dados se deu a partir das visitas e registros feitos nas escolas mencionadas, onde a UFNT disponibilizou veículo para que o professor da disciplina de Estágio IV fosse até essas escolas acompanhar o desenvolvimento das atividades realizadas pelos alunos da disciplina. Na ocasião, acompanhei-o e observei as duas instituições, onde registrei dados importantes para a realização deste trabalho. As observações consistiram na infraestrutura das escolas, em como elas estão estruturadas para receber pessoas com deficiência, em especial os alunos deficientes que frequentam as unidades. Observamos também o corpo docente a fim de percebermos como esses profissionais estão preparados para trabalhar com esse público, e consequentemente, a importância de uma formação docente pensada também na Educação Inclusiva.

O registro da infraestrutura se deu a partir de fotos registradas por telefone celular, as informações sobre os alunos deficientes, a sala de AEE, o corpo docente e demais observações realizadas, foram registradas em um caderno de anotações para serem mencionadas em seguida nesse trabalho.

Quanto aos dados obtidos a partir do levantamento mencionado anteriormente, verificamos um a um dos TCCs da biblioteca física e digital da universidade. Registramos em um caderno de anotações para fazermos as análises em seguida.

4.4 Dados de TCCs obtidos

Encontramos 12 TCCs na biblioteca física e 10 TCCs na BDM, direcionados a Educação Inclusiva. Dentre os 10 TCCs encontrados na BDM, 4 deles também estavam disponíveis na biblioteca física, portanto, consideramos para a contagem apenas 6 dos TCCs digitais, finalizando com 18 TCCs direcionados a Educação Inclusiva aprovados entre 2010 e 2022 e disponibilizados pela Universidade Federal do Norte

do Tocantins, campus de Araguaína. Organizamos todos esses trabalhos no quadro a seguir utilizando as datas de aprovação como critério de ordem.

Quadro 01 – TCC's direcionados a Educação Inclusiva na UFNT.

Autor	Título	Ano	Orientador (a)
Aldeíres de Sousa Alves	O ensino para alunos surdos: desafios para o professor de matemática.	2010	Prof. Msc. Elzimar Pereira Nascimento
Elzinete Rodrigues Coutinho	Laboratório de Ensino de Matemática: uma experiência na educação de deficientes auditivos.	2012	Prof. Msc. Janderson Vieira de Souza
Gesiane Soares Nobrega do Nascimento	A tecnologia assistiva como auxílio do ensino de Matemática para alunos com deficiência visual.	2013	Prof. Msc. Douglas Silva Fonseca
Geisa da Costa Gomes	Educação Inclusiva na perspectiva de Egressos do curso de Licenciatura em Matemática.	2014	Prof. Dra. Elzimar Pereira Nascimento Ferraz
Honeque Luz da Silva	Ensino e aprendizagem de Matemática para alunos cegos: desafios para formação de professores.	2014	Prof. Dr. Sinval de Oliveira
Hartur Hernany Barbosa Viana	Educação Inclusiva: Um Estudo na Escola Municipal Aurélio Buarque de Holanda	2015	Prof. Msc. Douglas Silva Fonseca
Janete Moreira Pires	A presença do celular na escola: uma experiência para o ensino de função quadrática com alunos surdos e ouvintes.	2016	Prof. Dr. Sinval de Oliveira
Ana Paula Mendes Barbosa	Contribuições para a formação inicial de professores de matemática no campo da docência com deficientes visuais.	2017	Prof. Dr. Sinval de Oliveira
Genilse Alves Vieira Barreto	As dificuldades da escolarização do deficiente visual no ensino regular – Escola Estadual Modelo de Araguaína Tocantins.	2017	Profa. Msc. Kathia Nemeth Perez
Geysa Sousa dos Anjos	Desafios no Ensino de Matemática para surdos em sala de aula inclusiva.	2018	Prof. Ma. Samara Leandro Matos da Silva
Osana Kamilla Tales Daniel	Jogos e materiais concreto-pedagógicos: desconstruindo seus usos como possibilidade pedagógica para crianças (não) discalcúlicas.	2018	Prof. Me. Adriano Fonseca
Alessandro Carvalho da Silva	Ensino e aprendizagem de Matemática: algumas atividades lúdicas e as necessidades educativas	2019	Prof. Msc. André Luiz Ortiz da Silva

	especiais.		
Joyce Carvalho da Conceição	Educação inclusiva: reflexões sobre a formação de professores para o ensino de matemática aos alunos SURDOS	2019	Prof. Dr. Jamur Andre Venturin
Rick Oliveira da Cruz	A ótica e a identidade da inclusão: uma análise de dissertações e teses defendidas entre 2014 e 2018	2019	Prof. MSc. Marcos José Pereira Barros.
Aniscleide Palmeira de Sousa Barros	Formação docente e inclusão escolar no ensino básico de matemática	2021	Prof. Dr. Adriano Fonseca
Djane da Silva Souza	Matemática em LIBRAS	2021	Prof. Dr. Deive Alves Barbosa
Matheus Costa Amorim	Os jogos no ensino de matemática: uma prática visando a aprendizagem de alunos surdos e ouvintes com o uso da libras	2022	Prof. Dr. Rogerio dos Santos Carneiro
Samara Andrade da Silva de Castro	A utilização do jogo no ensino de porcentagem como auxiliar na inter-relação de alunos surdos e não surdos: uma proposta Didática	2022	Prof. Dr. Rogerio dos Santos Carneiro

Fonte: Elaborada pela própria autora

Podemos perceber que apenas no ano de 2011 e 2020, no intervalo de anos 2010 a 2022, não houve a aprovação de nenhum TCC direcionado a Educação Inclusiva, nos demais anos encontramos pelo menos 1, 2 ou 3 TCCs direcionados a essa temática. Além disso, nota-se que 2019 foi o ano em que teve mais aprovação de TCC, com total de 3 TCCs. Vemos que dos trabalhos que se direcionam a um tipo específico de deficiência, prevalece o direcionamento aos surdos e/ou com deficiência auditiva. Outro fator que podemos destacar é que dos 12 professores orientadores dos trabalhos encontrados, 8 atualmente continuam como professores no colegiado de Matemática da Universidade.

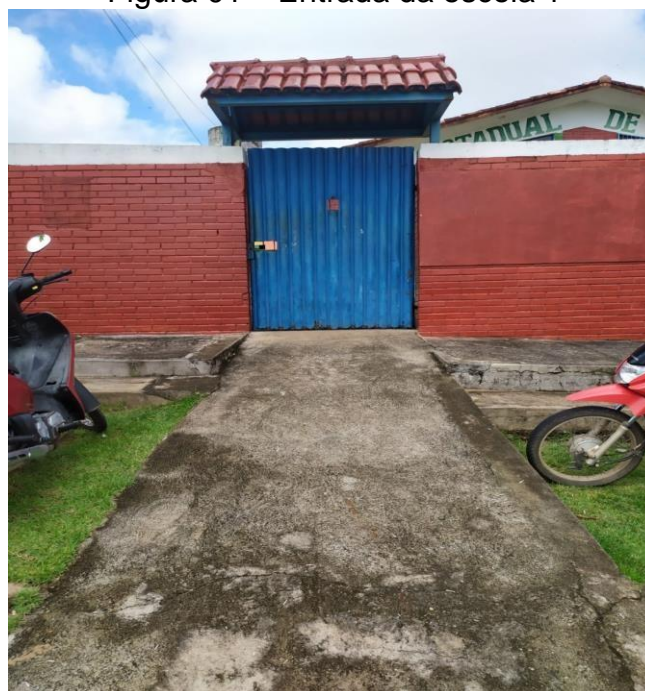
Nota-se que, a partir do levantamento das pesquisas, foi possível olhar para a temática deste trabalho de forma mais abrangente, possibilitando que aspectos relevantes em torno do tema fossem contemplados. Podemos ressaltar que em nenhum dos temas abordados nos trabalhos encontrados, estão direcionados a infraestruturas escolares para acolher pessoas deficientes.

5 DESCRIÇÃO E INFRAESTRUTURA DAS ESCOLAS OBSERVADAS

Nos dias 29 e 30 de março realizamos visitas na Escola Estadual de Muricilândia e na Escola Estadual Machado de Assis, a fim de observar as dependências das escolas e verificar como elas estão organizadas para receber e trabalhar com alunos deficientes.

Pela manhã ocorreu a visita na Escola Estadual de Muricilândia (identificaremos como escola 1), em Muricilândia.

Figura 01 – Entrada da escola 1



Fonte: próprio autor.

A escola atende turmas do 6º ao 9º ano nos turnos matutino e vespertino, são 128 alunos da cidade e da zona rural, dentre esses, 10 alunos possuem laudos que identificam algum tipo de deficiência, que são: Retardo Mental Moderado (2 alunos), Transtornos do Déficit de Atenção/Hiperatividade (TDAH), Transtorno do Espectro do Autismo (TEA), Distúrbio Comportamental – Déficit de Atenção, Distúrbio Neuropsíquico – Dislexia (2 alunos), Paralisia Cerebral não especificada, Paralisia Cerebral e Epilepsia, Deficiência Física – Membros Inferiores, e 2 alunos em status de “Parecer Pedagógico” que ainda estão aguardando resultado do laudo. Dentre os 12 alunos deficientes, 4 alunos são da zona rural e 4 alunos não são matriculados na

escola, pois ela acolhe alunos de outras unidades escolares e da comunidade que possuem deficiências e apresentam laudo médico que comprove tal necessidade.

Os alunos deficientes estão inseridos em turmas regulares, cada turma tem pelo menos 1 aluno com necessidades especiais que são acompanhados por um professor auxiliar. Eles participam de aulas de reforço no AEE onde há uma profissional da educação para elaborar e confeccionar materiais para desenvolver atividades com esses alunos. Quanto aos horários, cada aluno é preferencialmente atendido de forma individual no contraturno, são duas horas semanais dedicadas a cada aluno.

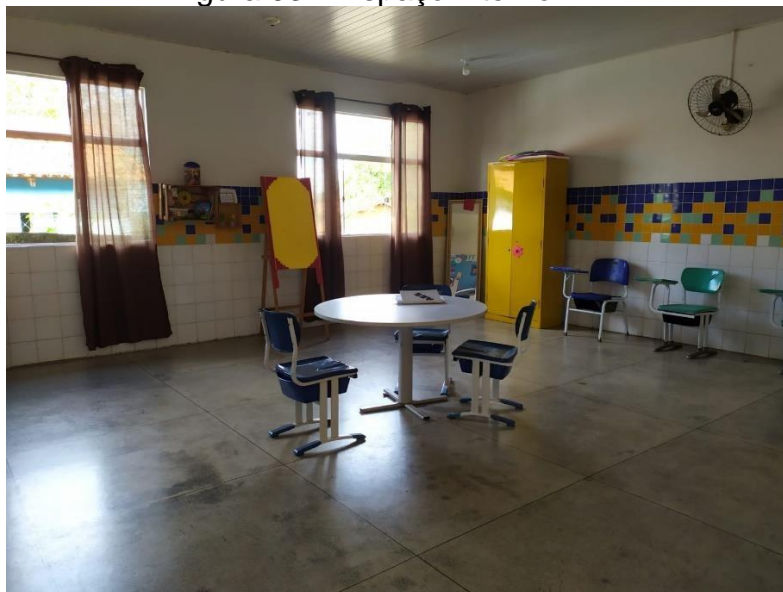
Figura 02 – Sala de AEE



Fonte: próprio autor

Podemos observar também o espaço interno dessa sala, veja a seguir.

Figura 03 – Espaço interno AEE



Fonte: próprio autor

A sala de AEE da escola teve início no 1º bimestre de 2022, a escola não recebeu verbas para ser criada, os funcionários da unidade contribuíram financeiramente para a criação da sala e até então não dispõe de muitos recursos para trabalhar com esses alunos. Segundo a diretora o valor que a escola recebe para custear os gastos mensais é apenas R\$2.960,00. É importante mencionarmos que a profissional que atende esses alunos na sala do AEE não tem especialização na área da inclusão e sim nas áreas de geografia e pedagogia, ela ressalta a dificuldade de encontrar pessoas qualificadas na área até mesmo para ministrar a disciplina de libras que a escola oferta nas turmas regulares. Atualmente essa profissional está realizando uma pós-graduação em Educação Especial.

Em diálogo com a diretora da escola, ela relatou que muitas vezes os desafios de inclusão se iniciam na dificuldade e resistência de aceitação por parte das famílias. Alguns alunos não possuem laudos, mas pode-se notar que apresentam necessidades especiais, nesses casos os professores observam o desenvolvimento da aprendizagem e comportamentos dos alunos, percebem que eles têm alguma dificuldade e então informam a orientação da escola, que procura os responsáveis e sugere que busquem orientação médica. Porém, há resistências de alguns responsáveis em procurar esse auxílio.

Dentre os quesitos necessários para a inclusão, está a infraestrutura escolar, por exemplo, é necessário rampas e corrimões para o acesso de cadeirantes, sinalizações em Braille para pessoas cegas ou de baixa visão, entre outras

adaptações necessárias. Desse modo, observamos como essa escola está estruturada e se essas estruturas são adequadas para receber e incluir todos os alunos, independente de suas limitações e necessidades.

Figura 04 – Rampas e corrimões



Fonte: próprio autor

Quanto a infraestrutura, embora não tenha nenhum cadeirante na instituição, observamos que a Escola Estadual de Muricilândia, de acordo com a figura 04, dispõe de rampas na entrada da escola e das salas de aulas regulares, porém na biblioteca e na sala do AEE (figura 02) não possuem rampas e sim degraus, o que compromete o acesso de um cadeirante.

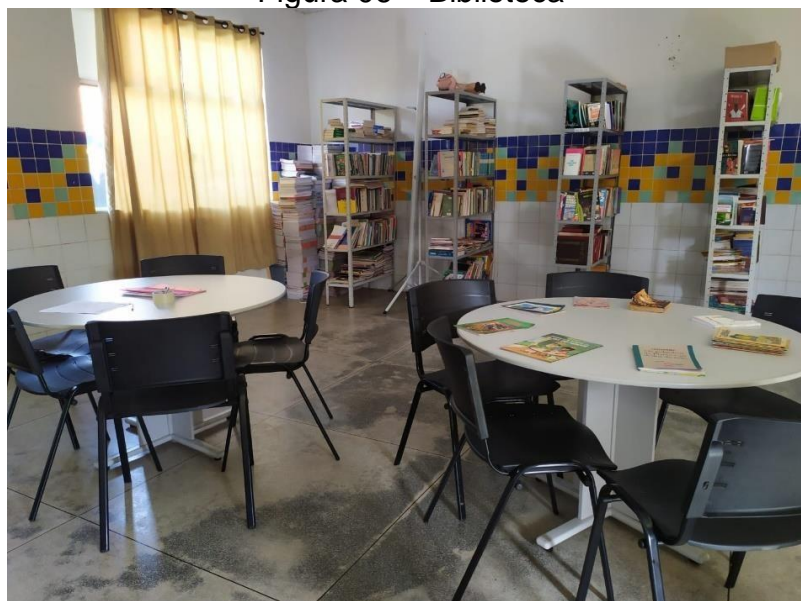
Figura 05 – Entrada da biblioteca



Fonte: próprio autor

É importante mencionarmos ainda que a biblioteca não tem climatização ou pelo menos um ventilador, e que os espaços entre os móveis que a compõem não são suficientes para o livre acesso de um cadeirante. Os recursos financeiros que a escola recebe não são suficientes para adaptá-la. Vejamos na figura a seguir o espaço interno da biblioteca.

Figura 06 – Biblioteca



Fonte: próprio autor

Observamos ainda que os banheiros da escola têm entradas alargadas, possuem ainda um sanitário adaptado com corrimões e um espaço interno maior que os demais, possibilitando assim o acesso e manobras de cadeiras de rodas.

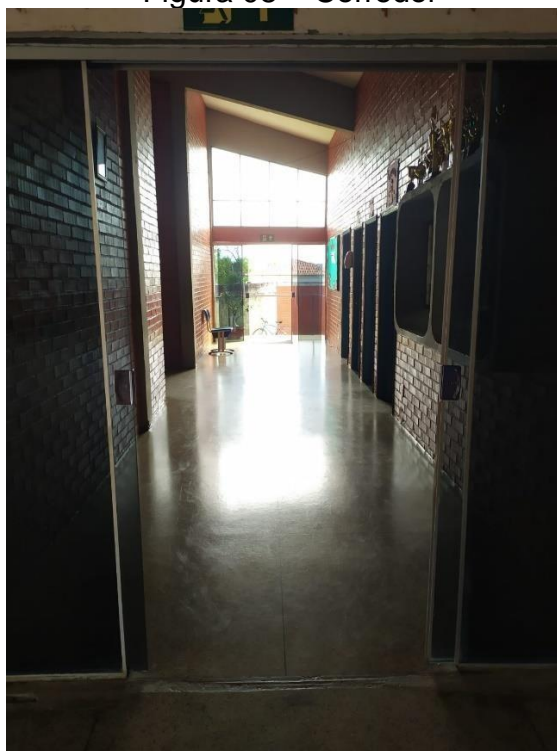
Figura 07 – Banheiro



Fonte: própria do autor

Os corredores da escola são largos, porém não tem sinalizações em braile para pessoas cegas ou de baixa visão, como também não há um piso tátil, como podemos ver na figura a seguir. Ainda que não tenha nenhum aluno cego na escola, a acessibilidade faz-se necessária para a inclusão.

Figura 08 – Corredor



Fonte: próprio autor

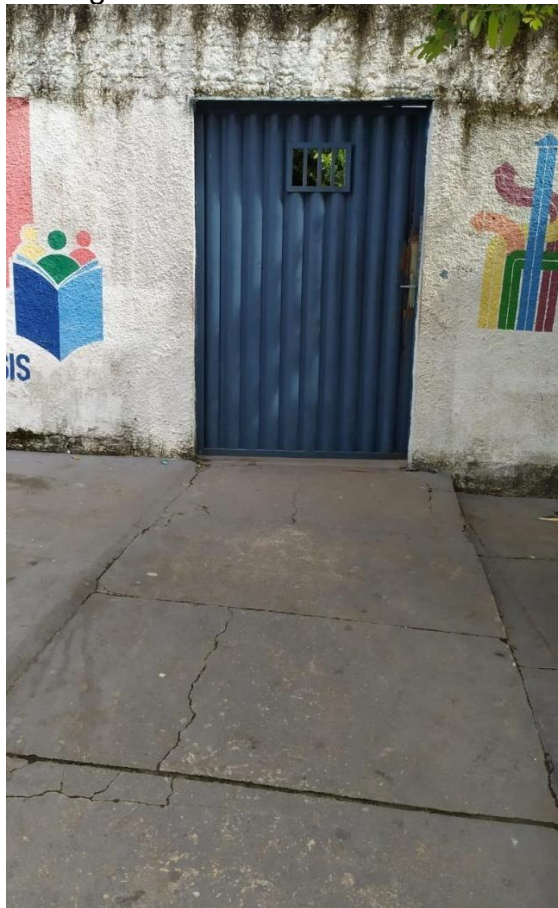
Embora não haja alunos com laudos de identificação de surdo/mudo ou até mesmo de uma outra deficiência, é necessário que a escola seja inclusiva e esteja preparada para receber esses alunos.

Para pessoas que possam ter limitações em ouvir e se comunicar se faz necessário sinalizações, placas e informações em libras para a comunicação. A escola oferta a disciplina de libras nas turmas regulares, porém não há indicações em libras nos corredores indicando as salas, como a sala da biblioteca, da coordenação, de AEE e de outras dependências da unidade, como podemos perceber nas imagens registradas.

A falta de materiais que auxiliam o processo de ensino e aprendizagem dos alunos se torna um desafio para a professora que trabalha com eles e necessita desses recursos. Quanto a Escola Estadual de Muricilândia, podemos perceber que ela dispõe de poucos recursos materiais para serem utilizados com os alunos no desenvolvimento das atividades no AEE, porém, os profissionais da unidade estão sempre buscando melhorias e se empenhando para construir um espaço adequado e adaptando os materiais disponíveis para serem utilizados por esses alunos.

Continuando a etapa de observações, no dia 30/03/2023 realizamos a visita na segunda escola, denominada Escola Estadual Machado de Assis (identificaremos como escola 2), em Araguañã.

Figura 09 – Entrada da escola 2



Fonte: próprio autor

A unidade atende cerca de 460 alunos distribuídos em turmas do 6º ano do ensino fundamental ao 3º ano do ensino médio, desses, 12 alunos são matriculados e apresentam algum tipo de deficiência, mas nem todos possuem laudo de identificação. Os casos mais evidentes de deficiência nessa escola são: TEA, Deficiência Intelectual, Baixa Visão, Transtorno da Coordenação Motora (TCM), Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), Deficiência Física – Membros Inferiores.

Os alunos deficientes são inseridos em turmas regulares e são individualmente acompanhados por um professor auxiliar. Eles recebem atendimento na sala de AEE em contraturno nos dias de segunda, terça e quinta-feira, podendo ser 1h em cada dois dias diferentes ou 2hs em um único dia, a depender do aluno.

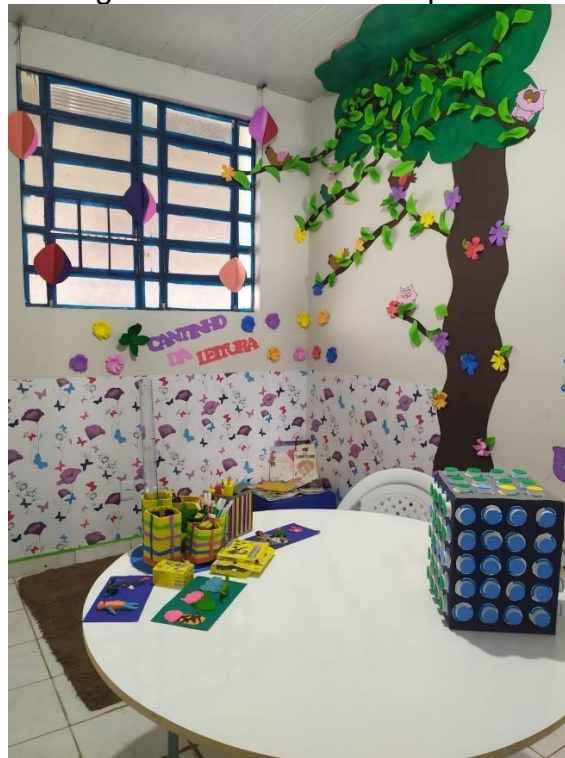
Figura 10 – AEE escola 2



Fonte: próprio autor

A sala de AEE foi criada nessa unidade a cerca de 1 ano, adaptada em uma sala que já havia na escola. Para sua criação foi necessário a mobilização de funcionários da instituição, pois não houve e nem há investimentos financeiro do governo direcionado á construção dessa sala e a compra de materiais para compô-la. Na sala há vários materiais confeccionados, o espaço é pequeno, mas é bem organizado e climatizado. A profissional que os atendem está realizando um curso de Licenciatura em Educação Especial na UniCesumar, com o objetivo de se especializar ainda mais na área, ela confecciona e adapta os materiais disponíveis para trabalhar com esses alunos.

Figura 11 – Materiais adaptados



Fonte: próprio autor

Vejamos também a adaptação feita em lápis de cor para atender a necessidade de todos os alunos.

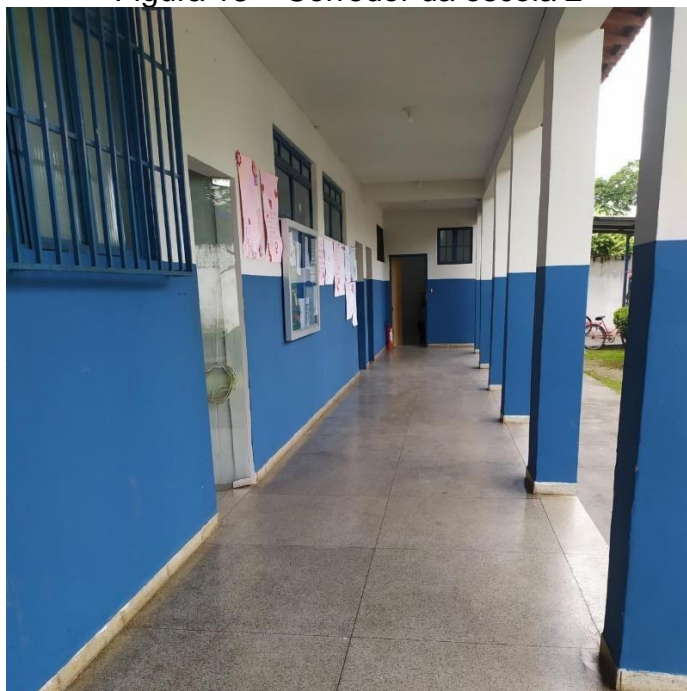
Figura 12 – Lápis de cor adaptado



Fonte: próprio autor

Observando a infraestrutura geral dessa escola com o olhar voltado as estruturas adequadas e necessárias para a inclusão na mesma, notamos que seus corredores e passarelas são largos o suficiente e possibilitam a locomoção de cadeiras de rodas, porém não possuem as sinalizações necessárias como piso tátil.

Figura 13 – Corredor da escola 2



Fonte: próprio autor

Foi possível notar que embora a passarela que possibilita acesso a biblioteca seja suficientemente larga, ela apresenta rachaduras que podem dificultar a passagem de uma cadeira de rodas.

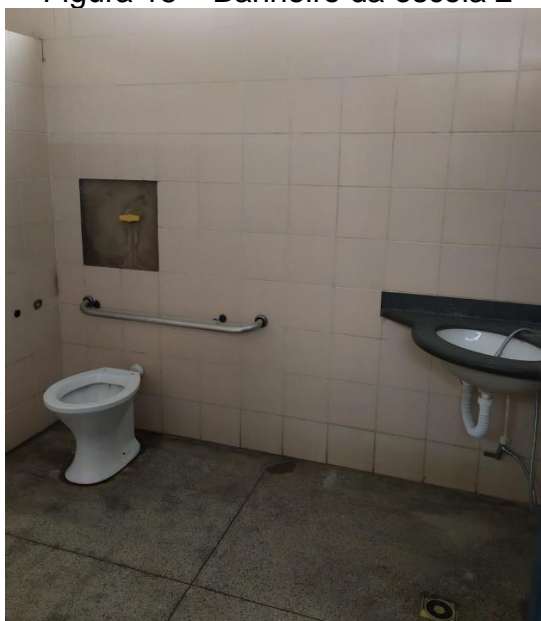
Figura 14 – Passarela



Fonte: próprio autor

Quanto a estrutura do banheiro, foi possível notar que na entrada possui rampas de acesso, as portas são alargadas e os sanitários devidamente adaptados de forma inclusiva, com espaço adequado e corrimões.

Figura 15 – Banheiro da escola 2



Fonte: próprio autor

Vimos anteriormente que na escola possui aluno com baixa visão, e embora não tenha alunos cegos, faz-se necessário o uso de identificações em braile. A

inclusão deve existir independente de atualmente ter ou não alunos com laudos de deficiências, pois as escolas devem estar preparadas para acolher esses alunos, e não somente adaptá-las quando eles chegarem a elas.

De forma geral, nota-se que a Escola Estadual Machado de Assis também é carente de investimentos do governo para o processo de inclusão. A responsável pelo AEE ressalta que a falta de investimento, conhecimento e empatia por essa área torna-a ainda mais difícil. Embora não tenha o investimento necessário, podemos perceber o interesse e empolgação dela ao falar da sala de AEE e ao se dedicar às confecções, pesquisando e adaptando materiais para trabalhar com esses alunos e incluí-los.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Inclusão é um tema importante e que está na sociedade, porém muitos não têm interesse em ouvir e/ou falar dela. Tanto a escola de educação básica como a universidade não podem se omitir de discutir esse tema. O processo de inclusão se faz necessário, portanto, esse trabalho se torna importante na medida em que se analisa duas escolas públicas e percebe-se as dificuldades de incluir alunos deficientes em um ambiente que não é adequadamente estruturado para recebê-los. Encontramos profissionais que se dedicam, mesmo com os desafios, ao processo de inclusão, porém é lamentável que as duas escolas observadas não recebem verbas direcionadas a investimentos no AEE, pois faz com que esse processo de inclusão seja ainda mais lento e difícil.

Já que o município de Araguaína dispõe de recursos educacionais e profissionais de saúde que atendem a Educação Inclusiva, seria uma proposta relevante, que alunos deficientes de outros municípios pudessem receber esses atendimentos também em Araguaína.

O que me despertou a estudar esse tema foram minhas experiências de estágio e a forma como me senti despreparada para trabalhar numa escola inclusiva, pois a disciplina que me auxiliaria nisso era ofertada na grade curricular apenas no 8º período e no curso de Letras, onde eu já teria realizado as disciplinas de estágio. Com isso e observando as profissionais que atendem no AEE das escolas observadas me faz refletir na necessidade de disciplinas voltada a Educação Inclusiva nos cursos de Licenciatura, tendo em vista que a única disciplina obrigatória no curso de Licenciatura em Matemática da UFNT de Araguaína que é voltada a esse tema, é a disciplina de LIBRAS que hoje é ofertada no 3º período mas alguns alunos não conseguem realizá-la nesse período por ser ofertada em outro curso, já que não temos no colegiado de Matemática docentes especialistas no tema e há dificuldades de encontrar profissionais para trabalhar com a disciplina.

Um progresso no curso de Licenciatura em Matemática foi a inserção da disciplina de estágio IV em sua grade curricular. Essa disciplina é voltada ao estágio direcionado a Educação Inclusiva e possibilita aos discentes da disciplina um contato direto com alunos deficientes, além de instigar conhecer mais sobre esse público, tem-se uma experiência mais próxima de suas realidades como futuros docentes. No entanto, essa é uma disciplina optativa na grade, mas que pela sua relevância deveria

ser mais uma disciplina a ser contemplada no campo de estágios não só do curso de Matemática, mas em todos os cursos de licenciaturas.

Ao realizarmos o levantamento de TCC's, encontramos 12 trabalhos direcionados a Educação Inclusiva, o que é muito pouco comparado aos que são direcionados a álgebra e geometria, isso nos leva a considerar como um dos possíveis motivos de ter-se poucos trabalhos escritos com essa temática, a desinformação sobre a mesma durante o curso, o que nos mostra mais uma vez o quão necessário é voltar-se a essa temática nessa etapa.

É importante voltarmos a esse tema levando essas discursões às escolas e à universidade, e pedir para que a disciplina de estágio IV seja inserida também em outros cursos e de forma obrigatória para que todos tenham a obrigação de ir as escolas trabalhar com o AEE, onde hoje os alunos de estágio encontram dificuldades de acesso no estado do Tocantins, a partir do momento em que a Seduc não disponibiliza ou limita esse acesso aos estagiários.

Ao visitar a escola em Muricilândia foi possível notar a empolgação e o reconhecimento da diretora ao falar da importância do estágio para acadêmicos de licenciaturas na Educação Inclusiva. “É enriquecedor para o estagiário o contato com o AEE, já passou da hora de investir no conhecimento da Educação Inclusiva, a Constituição de 1988 já previa isso. A hora é agora, estamos atrasados e não podemos descansar com a ideia de que não somos qualificados. A visão de inserir é importante e tem sido difícil com a fragmentação educacional, a inclusão está em tudo e devemos abraçá-la. Todo aluno é capaz no seu tempo e limitação, devemos correr atrás para a inclusão acontecer, o tema deve ser tratado com a rigorosidade que precisa”, disse ela.

Acreditamos que esse trabalho serve de inspiração para outros trabalhos, e para que várias questões sejam levantadas por volta do tema em universidades, escolas públicas e na sociedade não só de Araguaína como no estado do Tocantins. Esperamos continuar tais trabalhos em nossos próximos projetos de pós-graduação.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **Acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências a edificações, espaço, mobiliário e equipamentos urbanos** (NBR 9050:2004) Rio de Janeiro: ABNT, 2004.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica**/Secretaria de Educação Especial – MEC; SEESP, 2001.

Brasil. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997. 126p.

Declaração de Salamanca – Ministério da Educação. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca/pdf>.

Declaração Mundial de Educação para Todos e Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem. **Conferência Mundial sobre Educação para Necessidades Especiais**, 1994, Salamanca (Espanha). Genebra: UNESCO, 1994.

GLAT, R. **A Integração Social dos Portadores de Deficiência: uma Reflexão**. Rio de Janeiro: Editora Sette Letras, 1995.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. A. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: E.P.U, 2018.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2006.

PAULINO, S. A.; MAUSO, A. P. T.; GOMES, E. C. R. S.; Rosario, e. S. **Geometria plana na educação inclusiva dos deficientes visuais: um projeto de ensino desenvolvido no estágio supervisionado**. In: COINSPIRAÇÃO - Revista de Professores que ensinam Matemática. Mato Grosso: SBEM, 2018.p. 223-230.

SANT'ANA, Ilza Martins. **Por que avaliar?: como avaliar?: Critérios e instrumentos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23º ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Luciana Leandro; STROHSCHOEN, Andreia Aparecida Guimarães. **O Ensino de Matemática no contexto da Educação inclusiva**. REVEMAT, Florianópolis (SC), v. 15, n. 1, p. 1-16, 2019.

TOLEDO, Cleber. Educação inclusiva de Araguaína é referência nacional para outros municípios. **Coluna do CT**, Araguaína, 21 nov. 2014. Notícias. Disponível em: < <https://araguaina.to.gov.br/noticias/2014/educac-ao-inclusiva-de-aragua-ina-e-referencia-nacional-para-outros-munic-ípios>>.

TOLEDO, Cleber. Educação Especial de Araguaína acolhe e atende mais de 600 crianças com algum tipo de deficiência ou transtorno do espectro autista. **Coluna do CT**, Araguaína, 8 dez. 2022. Tocantins. Disponível em: <https://clebertoledo.com.br/tocantins/educacao-especial-de-araguaina-acolhe-e-atende-mais-de-600-criancas-com-algum-tipo-de-deficiencia-ou-transtorno-do-espectro-autista/>

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Manual de Normatização para elaboração de Trabalhos acadêmico-científicos da Universidade Federal do Tocantins**. Palmas: UFT, 2017, 102 p.

VIANA, Hartur Hernany Barbosa. **Educação Inclusiva**: um estudo na Escola Municipal Aurélio Buarque de Horlanda, Araguaína, 2017.